

RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

TEMPLATE



Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Índice

SOBRE ESTE RELATÓRIO	1
MENSAGEM DO [CEO OU DO PRINCIPAL DECISOR DA ORGANIZAÇÃO].....	2
PRINCIPAIS RESULTADOS DE [ANO]	2
PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS.....	2
1. A EMPRESA.....	3
1.1. Atividades, Marcas, Produtos e Serviços.....	3
1.2. Cadeia de Fornecedores.....	4
1.3. Modelo de Governo e Gestão	7
1.4. Estratégia Empresarial, Desafios e Tendências	7
2. MATERIALIDADE E RELACIONAMENTO COM STAKEHOLDERS	10
2.1. Análise de Materialidade.....	10
2.2. Envolvimento com Stakeholders.....	11
3. GESTÃO DE RISCO.....	12
3.1 Gestão de Riscos.....	12
4. DESEMPENHO ECONÓMICO	14
4.1 Valor económico direto gerado e distribuído	14
4.2 Anticorrupção e suborno.....	14
5. DESEMPENHO AMBIENTAL	16
5.1 Materiais	16
5.2 Energia.....	16
5.3 Água.....	19
5.4 Biodiversidade.....	19
5.5 Emissões atmosféricas	22
5.6 Efluentes e Resíduos	23
6. DESEMPENHO SOCIAL.....	26
6.1 Emprego	26
6.2 Gestão das Relações Laborais	28
6.3 Saúde e Segurança no Trabalho	28
6.4 Formação e Desenvolvimento de Carreiras	29
6.5 Diversidade, Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação	30
6.6 Direitos Humanos.....	31
6.7 Comunidades Locais.....	32
ANEXOS.....	34

SOBRE ESTE RELATÓRIO

Introdução ao relatório, deverá incluir os seguintes tópicos:

- Nome da organização;
- Localização da sede social;
- Período de reporte a que a informação do relatório se refere;
- Quando aplicável, indicação da data do relatório anterior;
- Ciclo de publicação de relatórios (exemplo: anual, bianual);
- Conteúdos abrangidos, incluindo:
 - i. explicação do processo adotado para a definição dos conteúdos e dos limites temáticos do relatório;
 - ii. identificação de alterações significativas à lista de temas materiais e de limites temáticos em relação a relatórios anteriores;
 - iii. explicação de como foram implementados os Princípios de Reporte, definidos pelo GRI, na definição do conteúdo (ver pág. 4 a 6 do Manual para o Reporte Não Financeiro).
- Efeito de quaisquer atualizações de informações existentes em relatórios anteriores, e as razões dessas atualizações.
- Indicar a pessoa de contacto para questões relacionadas com o relatório.
- Se aplicável, afirmar que o relatório é elaborado de acordo com as normas GRI, cumprindo os procedimentos da organização disponíveis no website e referir que o “Índice de conteúdo do GRI” se encontra em anexo.
- Se aplicável, descrever a política da organização e a prática corrente relativas à verificação do documento por uma entidade externa e
 - i. fazer uma referência ao relatório da verificação externa, comentários ou opiniões. Se não tiver incluído no relatório de verificação que acompanha o relatório de sustentabilidade, juntar uma descrição daquilo que foi e do que não foi alvo de verificação externa e com que fundamento, incluindo os padrões utilizados, o nível de verificação obtido e quaisquer limitações ao processo de verificação;
 - ii. especificar a relação entre a organização e a entidade que realiza a verificação externa;
 - iii. indicar se e como é que o órgão de governo com maior poder de decisão ou executivos seniores estão envolvidos no processo de obtenção de verificação externa para o relatório de sustentabilidade da organização.

GRI

102-1
102-3
102-46
102-48
102-49
102-50
102-51
102-52
102-53
102-54
102-55
102-56

MENSAGEM DO [CEO OU DO PRINCIPAL DECISOR DA ORGANIZAÇÃO]

Mensagem do CEO ou do principal decisor da organização (exemplos: Presidente, CEO) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a respetiva estratégia para a sua implementação.

GRI

102-14

102-15

Esta mensagem deve fornecer uma visão geral da estratégia da empresa relativamente à sustentabilidade, de modo a contextualizar os capítulos seguintes. Pode basear-se na informação reportada no relatório, contudo, deve transmitir a visão sobre as questões de sustentabilidade mais significativas para a empresa, relacionando-a com a estratégia empresarial, e não um resumo do conteúdo do relatório.

PRINCIPAIS RESULTADOS DE [ANO]

Tabela resumo com os principais indicadores do modelo de governo da organização, económicos, ambientais e sociais do ano/período a que corresponde o relatório.

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS

Indicar os principais prémios e reconhecimentos recebidos pela organização durante o período a que reporta o relatório (exemplos: prémios de qualidade dos produtos e/ou serviços; PME Líder e Excelência).

TEMPLATE

1. A EMPRESA

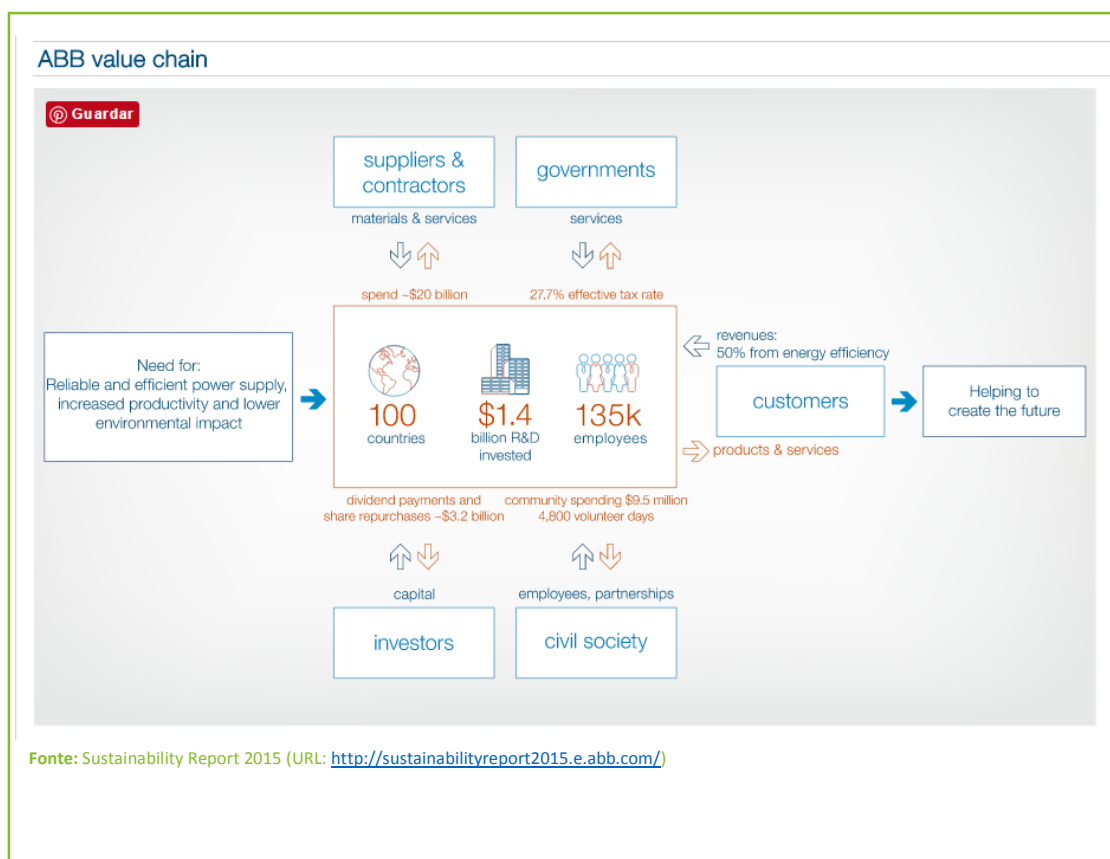
Descrição geral da empresa, incluindo a seguinte informação:

- Tipo e natureza jurídica da organização
- Localização das operações e respetivas instalações
- Mercados onde opera
- Dimensão da organização (número total de empregados, por género e escalão de idades (menos de 30 anos, entre 30 e 50 anos, mais de 50 anos), número total de atividades, vendas líquidas (no caso de organizações do setor privado) ou receitas líquidas (no caso de organizações do setor público), capitalização total distinguindo o que é dívida e o que é capitalização própria (para organizações privadas)

GRI

102-2
102-4
102-5
102-6
102-7

EXEMPLO



1.1. Atividades, Marcas, Produtos e Serviços

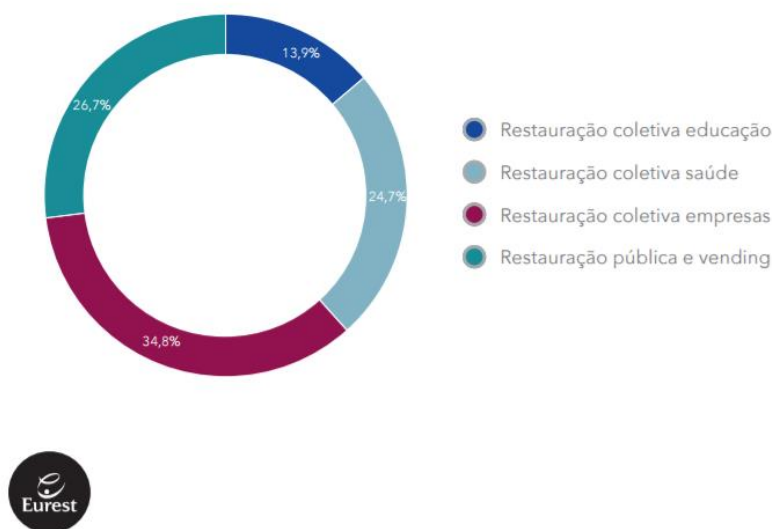
Descrição das atividades da organização e indicação das principais marcas, produtos e serviços, incluindo uma explicação sobre quaisquer produtos e serviços que sejam proibidos em determinados mercados.

GRI

102-2

EXEMPLO

Estrutura de negócio da Eurest | 2013



Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2012-13, Eurest (pág. 5; URL: http://www.eurest.pt/wp-content/uploads/2015/02/Relatorio-Sustentabilidade_2013-1.pdf)

1.2. Cadeia de Fornecedores

Descrição da cadeia de fornecedores, incluindo os principais elementos mais significativos para as atividades, marcas, produtos e serviços da organização, nomeadamente:

GRI

102-9
102-10
204-1

- Tipos de fornecedores envolvidos;
- Número total de fornecedores envolvidos e o número total de fornecedores estimado que integra a cadeia de fornecedores;
- Localização geográfica dos fornecedores;
- Fornecedores mais significativos para as atividades, marcas, produtos e serviços da organização (ex.: tipo de fornecedores, número de fornecedores, localização geográfica dos fornecedores, valor estimado pago a fornecedores);
- Valor estimado pago a fornecedores.

Incluir também quaisquer alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores que ocorram durante o período a que reporta o relatório. Estas alterações incluem:

- i. alterações na localização ou alterações nas operações, incluindo a abertura, encerramentos e expansões;
- ii. alterações na estrutura de capital ou outros modelos de formação de capital (para organizações privadas);
- iii. alterações na localização dos fornecedores, da estrutura da cadeia de fornecimento ou outras relações com fornecedores, incluindo seleção e término.

No âmbito da cadeia de fornecedores a organização deve também reportar sobre as **abordagens de gestão da organização relativas à avaliação ambiental e social dos fornecedores**.

GRI

308-1

308-2

414-1

414-2

Relativamente à **avaliação ambiental dos fornecedores** a organização deve reportar sobre:

1. Novos fornecedores que foram analisados em critérios ambientais;
2. Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações desenvolvidas.

Sobre **novos fornecedores que foram analisados em critérios ambientais**, indicar:

- i. A percentagem de novos fornecedores que foram analisados usando critérios ambientais.

Sobre os **impactes ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações desenvolvidas**, indicar:

- i. O número de fornecedores analisados quanto a impactes ambientais;
- ii. O número de fornecedores identificados como tendo atuais ou potenciais impactes ambientais negativos;
- iii. Os impactes ambientais negativos, atuais ou potenciais, identificados na cadeia de fornecedores;
- iv. A percentagem de fornecedores identificados como tendo impactes ambientais negativos, atuais ou potenciais, e com quem tenham sido acordadas melhorias, em resultado da análise efetuada;
- v. A percentagem de fornecedores identificados como tendo impactes ambientais negativos, atuais ou potenciais, e com quem foram rescindidas as relações como resultado da análise, e o porquê.

Relativamente à **avaliação social dos fornecedores** a organização deve reportar sobre:

1. Novos fornecedores que foram avaliados em critérios sociais
2. Impactes sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações desenvolvidas

Sobre **novos fornecedores que foram analisados em critérios sociais**, indicar:

- i. A percentagem de novos fornecedores que foram avaliados em critérios sociais.

Sobre os **impactes sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações desenvolvidas**, indicar:

- i. O número de fornecedores analisados quanto a impactes sociais;
- ii. Indicar o número de fornecedores identificados como tendo atuais ou potenciais impactes sociais negativos;
- iii. Os impactes sociais negativos, atuais ou potenciais, identificados na cadeia de fornecedores;
- iv. A percentagem de fornecedores identificados como tendo impactes sociais negativos, atuais ou potenciais, e com quem tenham sido acordadas melhorias, em resultado da análise efetuada;

TEMPLATE

- v. A percentagem de fornecedores identificados como tendo impactes sociais negativos, atuais ou potenciais, e com quem foram rescindidas as relações como resultado da análise, e o porquê.
- vi. proibidos em determinados mercados.

EXEMPLO

218

A LIPOR EFETUA AINDA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SEUS FORNECEDORES, SENDO QUE, EM 2016 (1.º SEMESTRE E 2.º SEMESTRE), FORAM AVALIADOS UM TOTAL DE 218 FORNECEDORES, O QUE CORRESPONDE A 37% DO UNIVERSO DOS FORNECEDORES LIPOR.

Face ao exposto, somos a referenciar que no ano de 2016 foram enviados 71 Códigos de Conduta e respetivas Declarações de Compromisso, tendo sido devidamente assinadas e carimbadas 100% das mesmas. Da comunicação da renovação da certificação foram enviados voluntariamente 10 Códigos de Conduta. (G4-LA14)

O Programa de Controlo a Fornecedores e Subcontratados elaborado, anualmente, considera a classificação atribuída aos fornecedores (A ou B), tendo como base os seguintes critérios:

- 1 Executa serviço no âmbito de atividade da LIPOR;
- 2 Executa serviço nas instalações da LIPOR;
- 3 Foi avaliado no âmbito da última avaliação de desempenho de fornecedores.

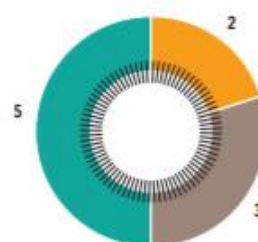
Deste modo, os fornecedores são classificados e sujeitos ao seguinte tipo de controlo:

- A Classificado com 3 critérios: sujeito a auditoria;
- B Classificado com 1 ou 2 critérios: sem atuação.

É de salientar, no entanto, que no Programa de Controlo de Fornecedores da LIPOR, podem ser incluídos outros fornecedores sempre que se considere relevante para as atividades da LIPOR.

No caso dos fornecedores que são alvo de auditoria, a LIPOR procede ao envio do relatório de auditoria com as constatações identificadas face aos requisitos da SA 8000, sendo solicitado ao fornecedor o desenvolvimento de ações que conduzam à resolução das mesmas.

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA DE CONTROLO DE FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS (G4-LA15)



- Auditorias de 2ª parte
- Visitas (Instalações LIPOR)
- Total



1.3. Modelo de Governo e Gestão

Descrição do modelo de governo e de gestão da organização, incluindo:

- Estrutura de governo da organização, identificando:
 - i. Comitês do órgão mais elevado de governo;
 - ii. Comitês responsáveis pela tomada de decisão em tópicos económicos, sociais e ambientais;
 - iii. Indicar se o Presidente do órgão de governo com maior poder de decisão também desempenha funções executivas na organização, e, no caso de o Presidente do órgão de governo com maior poder de decisão desempenhar funções executivas na organização, descrever a função por ele desempenhada na gestão da organização e a razão de ser dessa dupla função.
 - iv. Processos de nomeação e seleção do órgão de governo com maior poder de decisão.

GRI

102-21

102-22

102-23

102-24

Descrever o processo de consulta a *stakeholders* e como é que os contributos resultantes são apresentados ao órgão de governo com maior poder de decisão.

1.4. Estratégia Empresarial, Desafios e Tendências

Descrever a estratégia da empresa, salientando os principais desafios prioridades e tendências. Deve incluir:

- a visão e a estratégia globais a curto, médio e longo prazo, relativamente à gestão dos impactes económicos, ambientais e sociais significativos que a organização causa, para os quais contribui ou que estão diretamente ligados às suas atividades, produtos ou serviços, como resultado da sua relação com outros (ex.: fornecedores e pessoas ou organizações em comunidades locais);
- as prioridades estratégicas e temas-chave a curto e médio prazo, no que diz respeito à sustentabilidade, incluindo o cumprimento de normas internacionalmente reconhecidas, e a forma como estas se relacionam com a estratégia organizacional de longo prazo e sucesso;
- tendências de âmbito mais abrangente (macroeconómicas ou políticas) que afetam a organização e que influenciam as suas prioridades de sustentabilidade;
- eventos importantes, realizações e fracassos ocorridos durante o período de reporte;
- pontos de vista sobre o desempenho em relação às metas;
- perspetiva sobre os principais desafios e metas da organização para o próximo ano e para os próximos 3-5anos;
- outras questões relacionadas com a abordagem estratégica da organização.

EXEMPLO

4.3.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Prioridades de desenvolvimento sustentável

Uma estratégia de sustentabilidade eficaz identifica e demonstra as ligações chave entre iniciativas de sustentabilidade e os drivers de negócio, permitindo à gestão desenvolver um business case para gerir a sustentabilidade de forma a criar e preservar valor.

Com efeito, as prioridades estratégicas identificadas pela **Corticeira Amorim** consistem na materialização das preocupações económicas, ambientais e sociais, tendo em conta os resultados da auscultação de stakeholders, uma análise de benchmarking e o alinhamento com compromissos e políticas internas.

Porém, considera-se adequado não proceder no presente relatório à definição concreta de objetivos e metas para os anos seguintes.



Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2015, Corticeira Amorim (pág. 36; URL: http://www.sustentabilidade.amorim.com/xms/files/RELATORIOS/Relat_sust_2015_web_protect.pdf)

1.4.1. O compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Se aplicável, descrever como foi realizada a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na estratégia da empresa e quais os compromissos, objetivos e metas assumidos para contribuir para a sua concretização. Alternativamente, descrever os processos em curso para integração dos ODS na estratégia da empresa ou como a empresa pretende contribuir para a concretização desses objetivos.



Documentos e ferramentas de apoio à integração dos ODS na estratégia da empresa e de apoio ao reporte:

SDG Compass (www.sdgcompass.org)

Linking the SDGs and GRI (https://www.globalreporting.org/resource/library/SDG_GRI_Linkage.pdf)

EXEMPLO

O alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Aprovados em setembro de 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram definidos com o propósito último de colocar fim à pobreza, proteger o planeta e assegurar a prosperidade para todos.

A estratégia da Galp considera o desenvolvimento de iniciativas e projetos que visem contribuir para os ODS e gerar valor partilhado, com foco naqueles que foram identificados como mais relevantes para a Empresa e para o sector do Oil & Gas, os quais se encontram listados abaixo. Para o efeito, a Galp promove o alinhamento dos seus compromissos com os ODS, estabelecendo metas específicas relacionadas com a natureza do seu negócio, onde o impacto gerado poderá ser maximizado a uma escala global.

ODS mais relevantes - alinhamento com a geração de valor

- ODS 7** Energias renováveis e acessíveis
Assegurar o acesso à energia acessível, fiável, sustentável e moderna para todos.
- ODS 8** Trabalho digno e crescimento económico
Promover o crescimento económico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- ODS 12** Produção e consumo sustentáveis
Assegurar padrões de consumo e de produção responsáveis.
- ODS 13** Ação climática
Implementar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os impactos associados.
- ODS 17** Parcerias para a implementação dos objetivos
Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

5.5.

Proteção das pessoas, do ambiente e ativos

A garantia da proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos, ao longo de todo o ciclo de vida, é condição indispensável às operações. A Galp distingue-se pela transparência na comunicação do seu desempenho, permitindo a todas as partes interessadas acompanhar o respetivo progresso.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

- ODS 3** Saúde de qualidade
Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar de todos.
- ODS 7** Energias renováveis e acessíveis
Assegurar o acesso à energia acessível, fiável, sustentável e moderna para todos.
- ODS 12** Produção e consumo sustentáveis
Assegurar padrões de consumo e de produção responsáveis.
- ODS 15** Proteger a vida terrestre
Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

A Empresa definiu os seguintes objetivos:

- zero acidentes com impacto significativo, classes 3 e 4, pessoas, materiais e ambientais;
- ser, em 2020, uma referência no sector ao nível do índice de frequência de acidentes (IFA).
Meta para o IFA, em 2017: 0,6

- garantir a incorporação de requisitos de sustentabilidade ao longo do ciclo de vida de ativos e atividades, consistentes com os ODS;
- manter a redução do consumo de recursos por nível de atividade;
- manter a tendência de redução das emissões atmosféricas por nível de atividade;
- incrementar a fração de resíduos valorizados;
- reduzir as perdas de contenção, mantendo as zero acidentes com danos ambientais.

Objetivos e metas das refinarias

Refinaria de Sines

Indicador	Unidades	Desempenho 2016	Meta 2017
Consumo total de água normalizado por carga tratada ou processada	m ³ /t	0,53	0,60
Emissões de NO _x , normalizadas por carga tratada ou processada	g/t	93,3	94,0
Emissões de SO _x , normalizadas por carga tratada ou processada	g/t	418	460
Emissões de partículas normalizadas por carga tratada ou processada	g/t	11,8	15,0

Refinaria de Matosinhos

Indicador	Unidades	Desempenho 2016	Meta 2017
Consumo total de água normalizado por carga tratada ou processada	m ³ /t	0,60	0,51
Emissões de NO _x , normalizadas por carga tratada ou processada	g/t	88,6	90,0
Emissões de SO _x , normalizadas por carga tratada ou processada	g/t	31	30
Emissões de partículas normalizadas por carga tratada ou processada	g/t	8,5	10,0

As metas estabelecidas atendem aos princípios de melhoria contínua considerando os planos de atividade.

Fonte: Relatório e Contas da GALP 2016 (pág. 21 e 89); URL: http://www.galpennergia.com/PT/investidor/Relatorios-e-resultados/relatorios-anuais/Documents/Relatorio_e_Contas_Galp_2016.pdf

2. MATERIALIDADE E RELACIONAMENTO COM *STAKEHOLDERS*

2.1. Análise de Materialidade

Apresentar os temas materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório e explicar os pressupostos e o resultado do correspondente processo de análise de materialidade

GRI

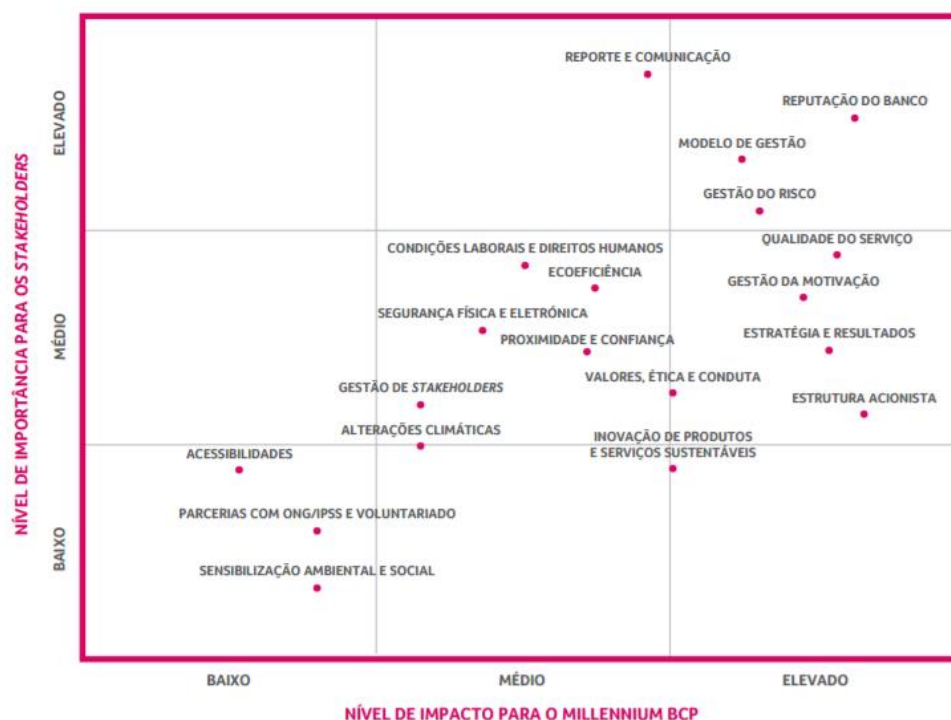
102-47
103-1

NOTA: A materialidade é um fator crítico na definição dos objetivos de sustentabilidade de uma organização e tem de ser bem explicada no relatório de informação não financeira. Os mesmos temas não têm a mesma importância para todas as empresas. São critérios como a dimensão, o setor ou a região que determinam os desafios com que as empresas se deparam e que são, por isso mesmo, aqueles sobre os quais há uma maior expectativa de divulgação por parte dos *stakeholders*. Num processo de divulgação de informação não financeira, uma empresa tem de refletir sobre os seus impactos mais significativos no ambiente, na economia e na sociedade e que afetem substancialmente as análises e decisões dos *stakeholders*. É com base nesta análise que, perante uma sugestão alargada de indicadores, como faz a GRI, a empresa distingue entre temas materiais (que importa reportar) e não materiais (cujo reporte pode ser interessante, mas não fundamental). Há uma expectativa por parte dos leitores e analistas de relatórios de sustentabilidade de que, para além de reportar sobre os temas materiais, as empresas indiquem especificamente como foi averiguada a materialidade e com que resultados.

Mais informação: pág. 5 do Manual de Reporte Não Financeiro

EXEMPLO

MATRIZ DE MATERIALIDADE



Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2015, Millennium bcp (pág. 9; URL:

https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/sustentabilidade/Documents/Relatorios_anuais/Relatorio_Sustentabilidade_2015_BCP_pt.pdf

TEMPLATE

2.2. Envolvimento com Stakeholders

Descrever a abordagem adotada pela organização para o envolvimento de *stakeholders*, incluindo a frequência do envolvimento por tipo de envolvimento e por grupo de *stakeholders*, indicando se algum desse envolvimento foi especificamente para a redação do relatório de sustentabilidade.

GRI

102-40

102-42

102-43

EXEMPLO

Principais Meios de Comunicação com os Stakeholders

No decorrer das suas atividades, a Nestlé estabelece diversas relações com todos os seus *Stakeholders*, promovendo uma estreita ligação e um amplo diálogo com todos. Nesse sentido, a Companhia utiliza um conjunto diferenciado de meios de comunicação, nomeadamente:

Colaboradores	Clientes	Entidades Governamentais e Oficiais
<ul style="list-style-type: none"> • Boletins Internos • Brochura Corporativa Nestlé • Cartazes e exposições internas • Intranet – The Nest • TV Interna Corporativa • Newsletters eletrónicas • Painéis Informativos • Relatório de Criação de Valor Partilhado • Outros Relatórios e Políticas Nestlé • Reuniões Informativas • Revista Nestlé Notícias • The Nest Chatter • Website • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de Formação • Newsletters eletrónicas • Brochura Corporativa Nestlé • Feiras do sector • Relatório de Criação de Valor Partilhado • Outros Relatórios e Políticas Nestlé • Revista N • Website • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a iniciativas • Grupos de Trabalho • Newsletters eletrónicas • Projetos • Brochura Corporativa Nestlé • Feiras do sector • Relatório de Criação de Valor Partilhado • Outros Relatórios e Políticas Nestlé • Revista N • Website • Redes sociais
Fornecedores	Comunidade Científica	Concorrência
<ul style="list-style-type: none"> • Auditorias • Brochura Corporativa Nestlé • Relatório de Criação de Valor Partilhado • Outros Relatórios e Políticas Nestlé • Revista N • Newsletters eletrónicas • Website • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Brochura Corporativa Nestlé • Relatório de Criação de Valor Partilhado • Outros Relatórios e Políticas Nestlé • Revista N • Nesvida • Newsletters eletrónicas • Website • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Brochura Corporativa Nestlé • Relatório de Criação de Valor Partilhado • Outros Relatórios e Políticas Nestlé • Revista N • Newsletters eletrónicas • Website • Redes sociais
ONG e Comunidade	Parceiros e Sociedade Civil	Meios de Comunicação
<ul style="list-style-type: none"> • Patrocínios • Donativos • Ações de Voluntariado • Brochuras Informativas • Brochura Corporativa Nestlé • Relatório de Criação de Valor Partilhado • Outros Relatórios e Políticas Nestlé • Revista N • Newsletters eletrónicas • Website • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de Formação • Grupos de Trabalho • Seminários e Conferências • Workshops • Brochura Corporativa Nestlé • Relatório de Criação de Valor Partilhado • Outros Relatórios e Políticas Nestlé • Revista N • Newsletters eletrónicas • Website • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de Formação • Atendimento personalizado às solicitações dos jornalistas • Comunicados de imprensa • Media Center (website) • Brochura Corporativa Nestlé • Relatório de Criação de Valor Partilhado • Outros Relatórios e Políticas Nestlé • Revista N • Newsletters eletrónicas • Website • Redes sociais

Fonte: Relatório de Criação de Valor Partilhado Nestlé 2015 (pág. 41; URL:

https://empresa.nestle.pt/conhecaanestle/documents/final_relato%C3%B3rio%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20valor%20partilhado%20ne

2.2.1. Filiação a associações e iniciativas externas

Indicar as principais organizações e associações, nacionais e internacionais, de que a organização é membro e identificar a lista de princípios económicos, sociais e ambientais e outras iniciativas subscritos pela organização.

GRI

102-12

102-13

3. GESTÃO DE RISCO

3.1 Gestão de Riscos

Identificar os principais impactes, riscos e oportunidades e explicitar como é abordada a gestão de riscos e de oportunidades pela empresa, incluindo também:

- explicação sobre se o princípio da precaução é aplicado e de que forma;
- descrição dos impactes económicos, ambientais e sociais significativos que a organização causa, dos respetivos riscos e oportunidades associadas;
- informação sobre as implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização resultantes das alterações climáticas.

GRI

102-11

102-14

102-15

201-2



O reporte de acordo com as normas GRI obriga ao reporte sobre os aspetos materiais identificados na análise de materialidade apresentada no relatório. Para isso, de acordo com a norma **GRI 101: Alicerces 2016**, devem ser usadas as normas GRI relativas aos aspetos específicos económicos, ambientais e sociais (series 200, 300, 400) para reportar sobre todos os temas identificados como materiais.

Para cada tema material o reporte deve seguir as normas **GRI 103: Abordagem de gestão 2016**, especificamente:

GRI 103-1: Explicação do tópico material e dos seus limites

- a. Explicar a materialidade atribuída ao tópico;
- b. Identificar os limites à materialidade do tópico, incluindo:
 - i. Onde ocorrem os impactes;
 - ii. O envolvimento da organização nos impactes (por exemplo, se a organização causou ou contribuiu para os impactes ou se está diretamente associada aos impactes através de relações de negócios);
- c. Identificar qualquer restrição específica relativa aos limites do tópico (por exemplo, dar uma explicação para quando os limites do tópico excedem os limites da atividade da organização e, por essa razão, a organização não tenha capacidade de fazer o reporte).

GRI 103-2: A abordagem de gestão e respetivos componentes

- a. Explicar como é que a organização gere cada um dos tópicos materiais;
- b. Fazer uma declaração sobre o objetivo da abordagem de gestão.
- c. Descrever os seguintes componentes, se incluídos na abordagem de gestão:
 - i. Políticas;
 - ii. Compromissos;
 - iii. Objetivos e metas;
 - iv. Responsabilidades;
 - v. Recursos;
 - vi. Mecanismos de reclamação;
 - vii. Ações específicas, como processos, projetos, programas e iniciativas.

GRI 103-3: Avaliação da abordagem de gestão

- a. Explicar como é que a organização avalia a abordagem de gestão, incluindo:
 - i. Os mecanismos para avaliar a eficácia da abordagem de gestão;
 - ii. Os resultados da avaliação à abordagem de gestão;
 - iii. Quaisquer ajustes à abordagem de gestão recorrentes da avaliação.

No caso do nível Diretiva 2013/34/EU, é necessário reportar informação relevante para os seguintes temas: ambiente, sociedade, direitos humanos, anticorrupção e subornos. Esta proposta padrão para o Relatório de Informação Não Financeira segue, ainda que ampliando o âmbito essencial, o nível Diretiva 2013/34/EU.

4. DESEMPENHO ECONÓMICO

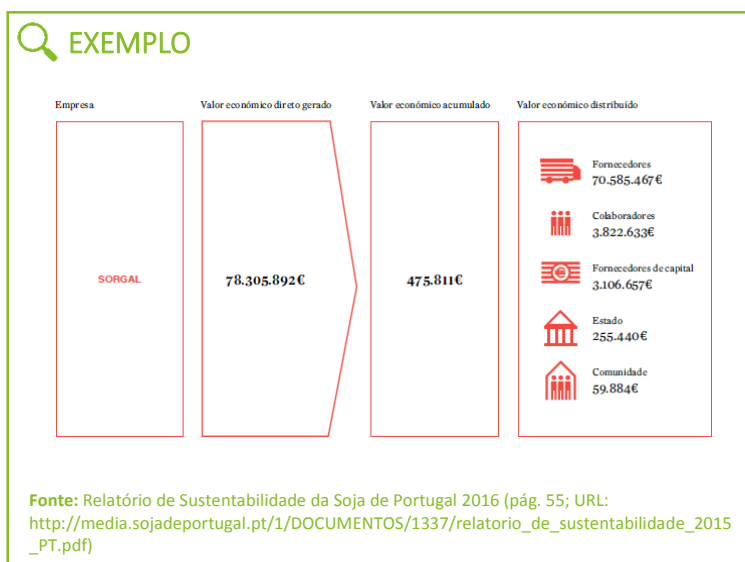
4.1 Valor económico direto gerado e distribuído

GRI

201-1
201-4

Tabela 1 – Valor económico direto, gerado e distribuído da(o) [nome da empresa]

Unidade (Ex: Euros, mil Euros, Milhões Euros))	Ano-1	Ano	Δ% Ano/Ano-1
Valor económico direto gerado			
Receitas			
Valor económico direto distribuído			
Gastos operacionais			
Salários e benefícios de empregados			
Pagamento a fornecedores de capital			
Pagamento ao Estado			
Investimentos			
Valor económico acumulado			



4.2 Anticorrupção e suborno

Descrever sobre a comunicação e formação no âmbito de políticas e procedimentos anticorrupção, indicando:

GRI

205-2
202-3

- o número total e a percentagem de membros dos órgãos de governo da organização a quem as políticas e os procedimentos de anticorrupção da organização tenham sido comunicados, discriminados por região.
- o número total e a percentagem de colaboradores a quem as políticas e os procedimentos anticorrupção da organização tenham sido comunicados, discriminados por categoria profissional e região;
- o número total e a percentagem de parceiros de negócio a quem as políticas e os procedimentos anticorrupção da empresa tenham sido comunicados, discriminados por parceiro de negócio e por região. Descrever se as políticas e os procedimentos

TEMPLATE

anticorrupção da organização foram comunicadas a quaisquer outras pessoas ou organizações;

- d. o número total e a percentagem de membros dos órgãos de governo da organização que tenham tido formação em anticorrupção, discriminados por região;
- e. o número total e a percentagem de colaboradores que tenham tido formação em anticorrupção, discriminados por categoria profissional e região.

Relativamente a incidentes confirmados de corrupção e ações desenvolvidas, apresentar informação, quando aplicável, sobre:

- a. número total e natureza dos incidentes confirmados de corrupção;
- b. número total de incidentes confirmados em que os colaboradores tenham sido dispensados ou objeto de uma ação disciplinar por corrupção;
- c. número total de incidentes confirmados depois dos contratos com os parceiros de negócio terem sido extintos ou não renovados por violações relativas a corrupção;
- d. processos jurídicos públicos iniciados contra a organização ou os seus colaboradores durante o período de reporte e o resultado desses casos.

5. DESEMPENHO AMBIENTAL

5.1 Materiais

Indicar:

- o peso ou volume total dos materiais utilizados para produzir e embalar os produtos e serviços primários da organização;
- a percentagem de materiais reciclados usados para fabricar os produtos e serviços primários da organização.

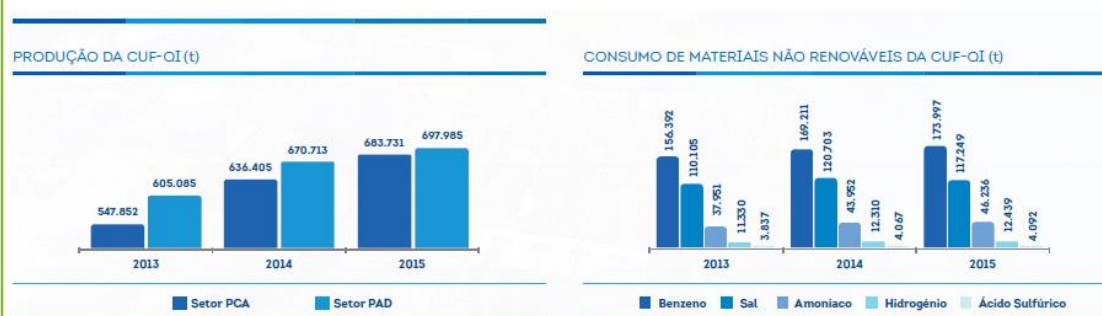
GRI

301-1
301-2
301-3

Tabela 2 – Materiais usados (unidade: peso ou volume) em [ano]

Tipo de material	Quantidade total	Materiais Renováveis	Materiais Não Renováveis	% Materiais Reciclados Usados

EXEMPLO



Fonte: Relatório de Sustentabilidade CUF 2015 (pág. 32; URL: <http://www.cuf.pt/contents/ficheiros/cuf-quimicos-2015.pdf>)

5.2 Energia

Descrever a abordagem de gestão implementada pela organização no âmbito do uso de energia, o respetivo desempenho no período que reporta o relatório, os compromissos e os objetivos e metas futuros.

Os aspetos específicos a reportar sobre energia são:

1. Consumo de energia dentro da organização;
2. Consumo de energia fora da organização;
3. Intensidade energética;
4. Redução do consumo de energia;
5. Reduções nos requisitos de energia de produtos e serviços.

GRI

302-1
302-2
302-3
302-4
302-5

Sobre o **consumo de energia dentro da organização**, indicar:

TEMPLATE

- i. o consumo total de combustível de fontes não renováveis usado dentro da organização, em joules ou múltiplos, incluindo o tipo de combustíveis usados;
- ii. o consumo total de combustível de fontes renováveis usado dentro da organização, em joules ou múltiplos, incluindo o tipo de combustíveis usados;
- iii. o total, em joules, watt-hora ou múltiplos, de:
 - a. Consumo de eletricidade
 - b. Consumo em aquecimento
 - c. Consumo em arrefecimento
 - d. Consumo de vapor
- iv. Indicar em joules, watt-hora ou múltiplos, o total de:
 - a. Eletricidade vendida
 - b. Aquecimento vendido
 - c. Arrefecimento vendido
 - d. Vapor vendido
- v. Indicar o total de energia consumido dentro da organização, em joules ou múltiplos;
- vi. Indicar as normas, metodologias, assunções e/ou métodos de cálculo utilizados;
- vii. Especificar as fontes dos fatores de conversão utilizados.

$$\begin{array}{r}
 \text{Total de energia consumida dentro da organização} \\
 = \\
 \text{Combustível de fontes não renováveis consumido} \\
 + \\
 \text{Combustível de fontes renováveis consumido} \\
 + \\
 \text{Eletricidade, aquecimento, arrefecimento e vapor} \\
 \text{comprados para consumo} \\
 + \\
 \text{Eletricidade, aquecimento, arrefecimento e vapor gerados} \\
 \text{pela organização que não tenham sido consumidos} \\
 - \\
 \text{Eletricidade, aquecimento, arrefecimento e vapor vendidos}
 \end{array}$$

Relativamente ao **consumo de energia fora da organização (a montante e a jusante)**, indicar:

- i. o consumo de energia fora da organização, em joules ou múltiplos;
- ii. as normas, metodologias, assunções e/ou métodos de cálculo utilizados;
- iii. a fonte dos fatores de conversão usados.

Para identificar o consumo de energia fora da organização, a empresa pode usar a norma [GHG Protocol Corporate Value Chain \(Scope 3\) Accounting and Reporting Standard](#), e usar as seguintes categorias e atividades para a contabilização a montante e a jusante:

Categorias e atividades a montante	Categorias e atividades a jusante
<ol style="list-style-type: none"> 1. Bens e serviços adquiridos 2. Bens de capital 3. Atividades relacionadas com combustíveis e energia (não incluídas em GRI 302-1) 4. Transporte e distribuição a montante 5. Resíduos gerados nas operações 6. Viagens de negócios 7. Comutação/transporte de funcionários 8. Ativos locados a montante Outros a montante 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Transporte e distribuição a jusante 2. Processamento de produtos vendidos 3. Utilização dos produtos vendidos 4. Tratamento em fim de vida dos produtos vendidos 5. Ativos locados a jusante 6. <i>Franchisings</i> 7. Investimentos Outros a jusante

Ao indicar a **taxa de intensidade energética da organização**:

- i. Especificar a métrica específica escolhida para calcular a taxa;
- ii. Indicar os tipos de energia incluídos na taxa de intensidade energética (nomeadamente, combustível, eletricidade, aquecimento, arrefecimento, vapor ou todos);

TEMPLATE

- iii. Indicar se a taxa incorpora a energia consumida dentro da organização, fora da organização ou ambas.

Relativamente a **reduções do consumo de energia**, a organização deve indicar:

- a redução do consumo de energia alcançado (em volume) como resultado direto de iniciativas de conservação e eficiência, em joules ou múltiplos;
- os tipos de energia incluídos nas reduções (nomeadamente, combustível, eletricidade, aquecimento, refrigeração, vapor ou todos);
- a base usada para o cálculo das reduções do consumo de energia, como ano de referência ou linha de base, e as razões para essa escolha;
- as normas, metodologias, suposições e/ou métodos de cálculos utilizados.



EXCLUIR as reduções resultantes de uma redução da capacidade de produção ou de externalização

Descrever se a redução de energia foi estimada, baseada ou obtida através de medições diretas. Se forem utilizadas estimativas ou modelos, a organização deve reportar os métodos usados.

Sobre **reduções nos requisitos de energia de produtos e serviços**, a organização deve indicar:

- as reduções concretizadas nos requisitos de energia de produtos e serviços vendidos durante o período de reporte, em joules ou seus múltiplos;
- a base usada para o cálculo das reduções do consumo de energia, indicando o ano de referência ou a *baseline*, e as razões para a sua escolha;
- as normas, metodologias, suposições e/ou métodos de cálculo utilizados.

EXEMPLO

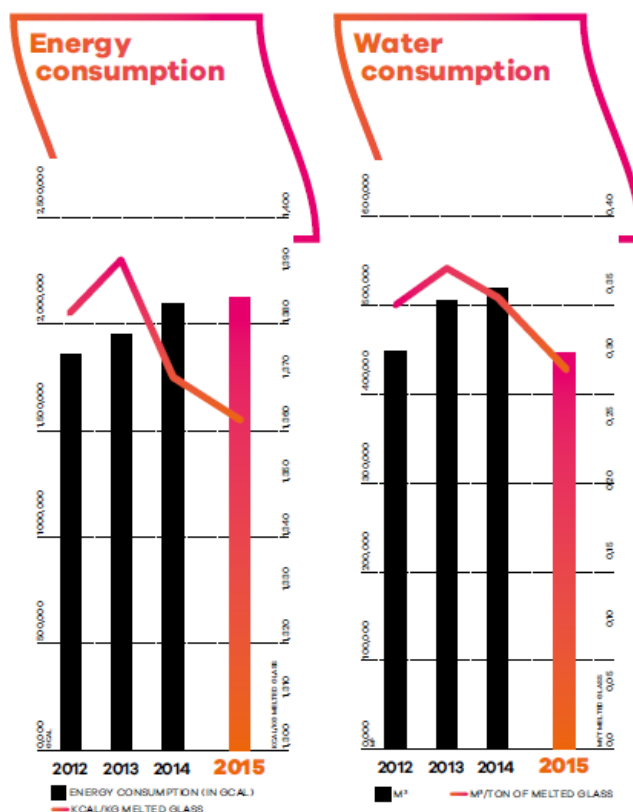
Environmental performance

Water and Energy consumption

The glass production is an intensive consumer of energy. One of BA's goals is to continuously decrease the energy and water consumption and, to do so, BA has made several investments in its facilities, applying the best available technologies and implementing and improving monitoring systems of those parameters, thus making them progressively more effective.

In 2015, there was a relevant improvement regarding the energy consumption. The consolidated value for the specific consumption of the seven plants was 1.362 kcal per kg of melted glass (0.6% lower than 2014).

During 2015, several actions were developed to enable the decrease of water consumption in the plants in Poland and León, leading to a decrease in the consolidated value, which was 0.29 m³ per ton of melted glass (14.7% lower than 2014).



Fonte: Relatório de Sustentabilidade BA Vidro 2015 (pág. 11; URL: http://www.bavidro.com/gestor/downloads/download.php?file=BA_RS2015_EN.pdf)

5.3 Água

Descrever a abordagem de gestão implementada pela organização no âmbito do uso de água, o respetivo desempenho no período que reporta o relatório, os compromissos e os objetivos e metas futuros.

Os aspetos específicos a reportar sobre água são:

1. Captação de água por fonte;
2. Fontes hídricas significativamente afetadas pela captação de água;
3. Água reciclada ou reutilizada.

GRI

303-1
303-2
303-3

Sobre a **captação de água por fonte**, indicar:

- i. O volume total de água captada, discriminado pelas seguintes fontes:
 - a. Águas superficiais, incluindo áreas húmidas, rios, lagos e oceanos;
 - b. Águas subterrâneas;
 - c. Águas pluviais diretamente coletadas e armazenadas pela organização;
 - d. Efluentes de outra organização;
 - e. Abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água;
- ii. As normas, metodologias e assunções usadas.

Relativamente às **fontes hídricas significativamente afetadas pela captação de água**, indicar:

- i. O número total de fontes hídricas significativamente afetadas pela captação de água por tipo:
 - a. Tamanho da fonte hídrica;
 - b. Fonte hídrica designada como área nacional ou internacional protegida;
 - c. Valor para a biodiversidade (ex.: diversidade e endemismo de espécies e número total de espécies protegidas);
 - d. Valor ou importância da fonte hídrica para as comunidades locais;
- ii. As normas, metodologias e assunções usadas.

Sobre a água reciclada e reutilizada, a organização deve indicar:

- i. O volume total de água reciclada ou reutilizada pela organização;
- ii. O volume total de água reciclada ou reutilizada como percentagem do total de água captada (como especificado para o caso das captações de água por fonte (informação GRI 303-1);
- iii. As normas, as metodologias e as assunções usadas.
- iv.

5.4 Biodiversidade

A dimensão ambiental da sustentabilidade diz respeito aos impactos de uma organização nos sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo solo, ar, água e ecossistemas.

Proteger a biodiversidade (diversidade biológica) é importante para assegurar a sobrevivência de espécies de plantas e animais, a diversidade genética e os ecossistemas naturais. Além disso, os ecossistemas naturais fornecem água e ar limpos e contribuem para a segurança alimentar e para a saúde humana. A biodiversidade contribui também diretamente para os meios de subsistência locais, essenciais para a redução da pobreza e, portanto, para o desenvolvimento sustentável.

No âmbito da biodiversidade a organização deve reportar sobre os seguintes aspetos:

1. Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e de áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas;
2. Impactes significativos das atividades, produtos e serviços na biodiversidade;
3. *Habitats* protegidos ou restaurados;
4. Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza) e em listas nacionais de conservação com *habitats* situados em áreas afetadas por operações da organização.

No caso de **unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e de áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas**, indicar:

GRI

304-1
304-2
304-3
304-4

- i. Localização geográfica
- ii. Áreas do subsolo e subterrâneas próprias, arrendadas ou administradas pela organização;
- iii. Posição em relação à área protegida (dentro da área, nas suas adjacências ou abrangendo partes da área protegida) ou à área de elevado valor de biodiversidade situada fora de áreas protegidas
- iv. Tipo de operação (escritório, fábrica/operação produtiva ou extrativa);
- v. Tamanho da unidade operacional em km²;
- vi. Valor de biodiversidade caracterizado pelo atributo da área protegida ou de elevado valor de biodiversidade situada fora da área protegida (ecossistema terrestre, de água doce ou marinho);
- vii. Valor de biodiversidade caracterizado de acordo com uma lista de estatuto de proteção (como o Sistema IUCN de Categorias de Gestão de Áreas Protegida, a Convenção de Ramsar e a legislação nacional).

Sobre os **impactes significativos das atividades, produtos e serviços na biodiversidade**, indicar:

- i. A natureza dos impactes diretos e indiretos significativos sobre a biodiversidade em relação a um ou mais dos seguintes aspetos:
 - a. Construção ou uso de fábricas, minas e infraestruturas de transportes;
 - b. Poluição (introdução de substâncias que não ocorrem naturalmente nos *habitats*, oriundas de fontes pontuais e não pontuais)
 - c. Introdução de espécies invasoras, organismos nocivos e agentes patogénicos;
 - d. Redução de espécies;
 - e. Conversão de *habitats*;
 - f. Mudanças em processos ecológicos fora do intervalo natural de variação (p. ex.: salinidade ou mudanças no nível do lençol freático).

TEMPLATE

- ii. Os impactos diretos e indiretos significativos, tanto positivos como negativos, em relação aos seguintes:
 - a. Espécies afetadas;
 - b. Extensão de áreas afetadas;
 - c. Duração dos impactos;
 - d. Reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos.

Relativamente a **habitats protegidos ou restaurados**, indicar:

- i. O tamanho e a localização de todas as áreas de *habitats* protegidos ou restaurados e explicar se o sucesso das medidas de restauro foi ou é aprovado por especialistas externos independentes.
- ii. Se há parcerias com terceiros para proteger ou restaurar áreas de *habitats* diferentes daquelas nas quais a organização supervisionou e implementou medidas de restauração ou proteção;
- iii. O estatuto atribuído a cada área com base na sua condição no final do período de reporte;
- iv. As normas, metodologias e assunções adotadas.

Quanto a **espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização**, indicar:

- i. Indique o número total de espécies incluídas na lista vermelha da IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza) e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção:
 - a. Criticamente ameaçadas de extinção;
 - b. Ameaçadas de extinção;
 - c. Vulneráveis;
 - d. Quase ameaçadas;
 - e. Pouco preocupantes.

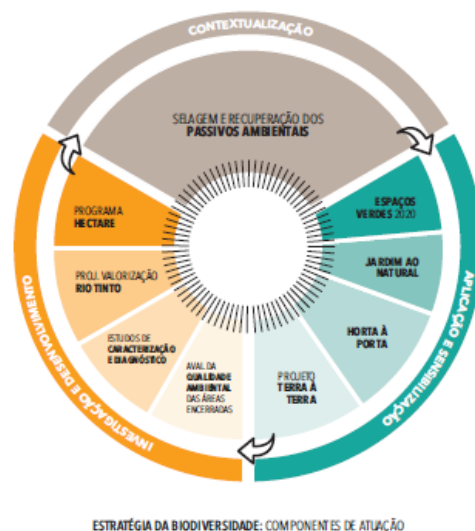
EXEMPLO

BIODIVERSIDADE

A Declaração de Compromisso LIPOR / Biodiversidade 2013-2020 foi assumida pela Gestão de Topo em março de 2014. Através deste compromisso voluntário, a LIPOR compromete-se a desenvolver uma Estratégia de Biodiversidade, com vista a implementar estratégias de minimização e/ou ações com vista à compensação dos impactos das suas atividades sobre a biodiversidade.

A LIPOR assume-se, portanto, como um exemplo de integração da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos na sua prática corporativa, concretizando o desenvolvimento de diversos Projetos.

Os resultados obtidos na componente de Aplicação e Sensibilização e na componente de Investigação e Desenvolvimento são os que se seguem. (G4-EN13)



5.5 Emissões atmosféricas

As emissões para o ar - descarga de substâncias de uma fonte para a atmosfera -, incluem-se os gases com efeito de estufa (GEE), substâncias que destroem a camada de ozono (ODS) e óxidos de azoto (NO_x) e óxidos de enxofre (SO_x), entre outras emissões significativas de ar.

Neste âmbito, com base na realização de um inventário das emissões da organização para o ar, a organização deve reportar sobre as seguintes emissões:

1. Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 1);
2. Emissões indiretas de GEE (âmbito 2);
3. Outras emissões de GEE indiretas (âmbito 3);
4. Intensidade das emissões de GEE;
5. Redução das emissões de GEE;
6. Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono;
7. Emissões de óxidos de azoto (NO_x), óxidos de enxofre (SO_x) e outras emissões atmosféricas significativas.

GRI

305-1
305-2
305-3
305-4
305-5
305-6
305-7

Para a realização do inventário das emissões de gases com efeito de estufa sugere-se a utilização da Ferramenta de Cálculo de Emissões de Gases com Efeito de Estufa para Organizações desenvolvida no âmbito do Projeto PME Sustentável (Link: <http://pmesustentavel.appe.pt/index.php/pt/recursos/como-reportar.html>)

Relativamente às emissões de óxidos de azoto (NO_x), de óxidos de enxofre (SO_x) e outras emissões atmosféricas significativas, não incluídas na Ferramenta de Cálculo de Emissões de Gases com Efeito de Estufa para Organizações desenvolvida no âmbito do Projeto PME Sustentável, a organização deve reportar sobre a seguinte informação:

- i. Identificar emissões atmosféricas significativas, em kilogramas ou múltiplos, para cada um dos seguintes:
 - a. NO_x ;
 - b. SO_x ;
 - c. Poluentes orgânicos persistentes;
 - d. Compostos orgânicos voláteis;
 - e. Poluentes atmosféricos perigosos;
 - f. Partículas em suspensão;
 - g. Outras categorias de emissões atmosféricas identificadas em regulamentações relevantes.
- ii. A fonte dos fatores de emissão utilizados;
- iii. As normas, as metodologias, as suposições e/ou os métodos de cálculo utilizados.

EXEMPLO

Pegada de Carbono - Indicadores	2016 (t CO ₂ e)	2015 (t CO ₂ e)	Δ2016/2015
Pegada de Carbono Global (âmbitos 1 e 2)*			
• Distribuição Portugal	339.515	261.921	+29,6%
• Agro-Alimentar	2.697	-	-
• Distribuição Polónia	912.312	815.770	+11,8%
• Distribuição Colômbia	12.952	4.142*	+212,7%
Pegada de Carbono (âmbito 1 - impactos directos)			
• Fugas de gases refrigerantes	157.794	158.097	-0,2%
• Utilização de CO ₂	18.007	16.646	-
• Consumo de combustíveis	59.053	48.708	+21,2%
• Frota de ligeiros	15.074	14.490	+4,0%
Pegada de Carbono (âmbito 2 - impactos indirectos)			
• Consumo de electricidade (location-based)	779.842	710.053*	+9,8%
• Consumo de electricidade (market-based)	995.050	825.043*	+20,6%
• Aquecimento (location-based)	22.518	18.849	+19,5%
Pegada de Carbono (âmbito 3 - outros impactos indirectos)			
• Transporte de mercadorias para as lojas (Distribuição)	155.967	141.304	+10,3%
• Deposição de resíduos em aterro	19.980	18.852	+6,0%
• Compostagem de resíduos orgânicos	432	833	-48,1%
• Consumo de energia em lojas franchising	16.697	10.750	+55,3%
• Viagens de avião de colaboradores	1.970	1.631	+20,8%

* Valores corrigidos conforme resultados da auditoria externa de certificação da Pegada de Carbono.

Notas: O cálculo da pegada de carbono das diferentes actividades segue a metodologia proposta no Greenhouse Gas Protocol do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), nos seus três níveis: impactos directos, indirectos e de terceiros. Os valores apresentados tiveram em conta factores de emissão definidos pelo IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental para Alterações Climáticas, para gases refrigerantes), pela Direcção-Geral de Energia e Geologia, pela Unidad de Planificación Minero Energética (Unidade de Planeamento Mineiro Energético), pelo Krajowy Ośrodek Badań i Analiz (Centro polaco para Balanço e Gestão de Emissões, para combustíveis e aquecimento), pela Agência Internacional de Energia e pelos fornecedores (electricidade) e pelo Greenhouse Gas Protocol (combustíveis utilizados na frota de ligeiros e transporte de mercadorias, viagens aéreas e resíduos).

Fonte: Relatório de Responsabilidade Corporativa Jerónimo Martins 2016 (pág. 21; URL: <http://www.jeronimomartins.pt/media/748810/relatorio-de-responsabilidade-corporativa-2016-pt.pdf>)

GRI

306-1

306-2

306-3

306-4


306-5

Grupo Jerónimo Martins obteve o melhor resultado no CDP Climate Change 2016

Jerónimo Martins atingiu a pontuação máxima de 100, posicionando o Grupo no patamar "Líder", o mais perto de atingir a pontuação máxima de 100.

O programa Climate Change, do CDP, avalia o desempenho do Grupo ao nível da sua estratégia climática, incluindo a sua transparência no reporte de informação e gestão de risco.

O CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos que desenvolve programas para empresas e cidades medirem, divulgarem, gerirem e partilharem informações ambientais relevantes.



CDP

DRIVING SUSTAINABLE ECONOMIES

5.6 Efluentes e Resíduos

O reporte sobre efluentes e resíduos inclui as descargas de água, a geração, tratamento e eliminação de resíduos, e derrames de produtos químicos, óleos, combustíveis e outras substâncias.

Os impactos das descargas de água variam dependendo da quantidade, da qualidade e do destino da descarga. A descarga não gerida de efluentes com elevada carga química ou nutritiva (principalmente azoto, fósforo ou potássio) pode afetar habitats aquáticos, a qualidade de um abastecimento de água disponível e o relacionamento de uma organização com comunidades e outros utilizadores de água.

A geração, o tratamento e a eliminação de resíduos - incluindo o seu transporte inadequado - podem, também, prejudicar a saúde humana e o meio ambiente. Isto é particularmente preocupante se os resíduos forem transportados para países que não possuem infraestruturas e regulamentos adequados.

Os derrames de produtos químicos, óleos e combustíveis, entre outras substâncias, podem afetar o solo, a água, o ar, a biodiversidade e a saúde humana.

Desta forma, a organização deve reportar sobre os seguintes aspetos:

1. Descargas de água discriminadas por qualidade e destino;
2. Resíduos discriminados por tipo e por método de eliminação;
3. Derrames significativos;
4. Transporte de resíduos perigosos;
5. Recursos hídricos afetados por descargas de água e/ou derrames.

Relativamente a **descargas de água discriminadas por qualidade e destino**, indicar:

TEMPLATE

- i. Identificação dos recursos hídricos e habitats relacionados que são significativamente afetados por descargas de água e/ou derramamentos, incluindo informação sobre:
 - a. O tamanho do recurso hídrico ou do habitat relacionado;
 - b. Se o recurso hídrico ou o habitat relacionado tem a designação de área nacional ou internacionalmente protegida;
 - c. O valor da biodiversidade, como o total de espécies protegidas.

Quanto a **resíduos discriminados por tipo e por método de eliminação**, indicar:

- i. O peso total de resíduos perigosos, discriminando pelos seguintes métodos de eliminação, quando aplicável:
 - a. Reutilização;
 - b. Reciclagem;
 - c. Compostagem;
 - d. Recuperação, incluindo recuperação energética;
 - e. Incineração;
 - f. Injeção em profundidade;
 - g. Aterro;
 - h. Armazenamento no local;
 - i. Outro (a especificar pela organização);
- ii. O peso total de resíduos não-perigosos, discriminando pelos seguintes métodos de eliminação, quando aplicável:
 - a. Reutilização;
 - b. Reciclagem;
 - c. Compostagem;
 - d. Recuperação, incluindo recuperação energética;
 - e. Incineração;
 - f. Injeção em profundidade;
 - g. Aterro;
 - h. Armazenamento no local;
 - i. Outro (a especificar pela organização);
- iii. Explicar como é que foi determinado o método de eliminação de resíduos:
 - a. Eliminados diretamente pela organização ou diretamente confirmado;
 - b. Informação fornecida pela empresa contratada para fazer a eliminação dos resíduos;
 - c. Métodos padronizados adotados pela empresa contratada para a eliminação de resíduos.

Sobre **derrames significativos**, indicar:

- i. O número total e o volume total de derrames significativos registados;
- ii. A seguinte informação sobre cada um dos derrames reportados nas demonstrações financeiras da organização:

TEMPLATE

- a. Localização do derrame;
- b. Volume do derrame;
- c. Material do derrame, categorizado por: derrames de óleo (superfície do solo ou da água), derrames de combustível (superfície do solo ou da água), derrames de resíduos (superfície do solo ou da água), derrames de químicos (essencialmente, superfície do solo ou da água) e outros (a serem especificados pela organização);
- iii. Os impactos dos derrames significativos.

No caso do **transporte de resíduos perigosos**, indicar:

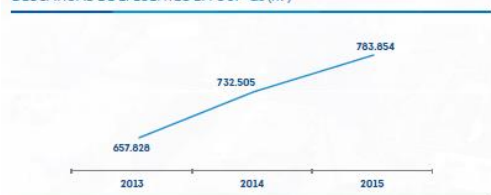
- i. O peso total para cada um dos seguintes:
 - a. Resíduos perigosos transportados;
 - b. Resíduos perigosos importados;
 - c. Resíduos perigosos exportados;
 - d. Resíduos perigosos tratados;
- ii. A percentagem de resíduos perigosos exportadas internacionalmente;
- iii. As normas, as metodologias e as suposições usadas.

Em relação a **recursos hídricos afetados por descargas de água e/ou derrames**, indicar:

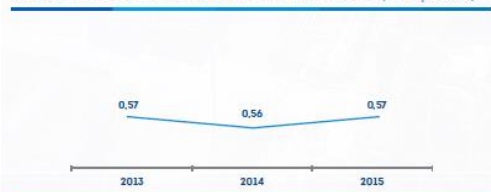
- i. Identificação dos recursos hídricos e habitats relacionados que são significativamente afetados por descargas de água e/ou derramamentos, incluindo informação sobre:
 - a. O tamanho do recurso hídrico ou do habitat relacionado;
 - b. Se o recurso hídrico ou o habitat relacionado tem a designação de área nacional ou internacionalmente protegida;
 - c. O valor da biodiversidade, como o total de espécies protegidas.

EXEMPLO

DESCARGAS DE EFLUENTES DA CUF-QI (m³)



INTENSIDADE DE DESCARGAS DE EFLUENTES DA CUF-QI (m³/t produto)



INDICADORES DE QUALIDADE DO EFLUENTE DA CUF-QI (t)



Os indicadores de qualidade dos efluentes descarregados encontram-se substancialmente abaixo dos limites legais de emissão regulados. Verificou-se um ligeiro aumento nas emissões de sulfatos, nitratos e sólidos suspensos totais (SST) nos efluentes.

Fonte: Relatório de Sustentabilidade CUF 2015 (pág. 37; URL: <http://www.cuf.pt/contents/ficheiros/cuf-quimicos-2015.pdf>)

6. DESEMPENHO SOCIAL

6.1 Emprego

O impacto social de uma empresa é muito considerável e começa, desde logo, na criação de emprego e na definição de práticas inclusivas de recrutamento, contratação, retenção e gestão dos recursos humanos. As boas práticas no âmbito do “emprego” estendem-se, inclusivamente, às práticas e relações estabelecidas com os fornecedores. Toda a informação relativa a este tema deve ser reportada pela empresa.

Neste capítulo, a empresa deverá descrever as políticas e a abordagem de gestão implementada pela organização sobre as relações no âmbito das quais o trabalho é realizado para a organização, o respetivo desempenho no período que reporta o relatório, os compromissos e os objetivos e metas futuros, a saber:

1. novos colaboradores contratados e rotatividade dos colaboradores;
2. benefícios oferecidos aos colaboradores a tempo inteiro que não são disponibilizados aos colaboradores temporários ou a tempo parcial;
3. licença parental.

GRI

201-3
202-1
202-2

Relativamente aos pontos 1 e 2 anteriores, reportar informação específica sobre, incluindo:

1. proporção de gestores seniores contratados na comunidade local (ponto 1);
2. obrigações definidas para os planos de benefícios dos trabalhadores e outros planos de reforma (ponto 2);
3. proporção do salário à entrada, por género, comparado com o salário mínimo local (ponto 2).

Relativamente aos **novos colaboradores contratados e à rotatividade dos colaboradores**, indicar:

- i. o **número total** e a **taxa de novos colaboradores** contratados durante o período de reporte, discriminados por grupo etário, género e região;

GRI

401-1
401-2
401-3



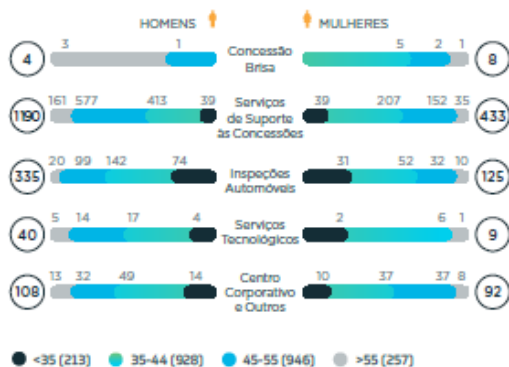
Ao compilar esta informação, a organização deve **usar o número total de colaboradores no final do período de reporte** para calcular as taxas de novos colaboradores contratados e a rotatividade de colaboradores.

- ii. o **número total** e a **taxa de rotatividade de colaboradores** durante o período de reporte, discriminados por grupo etário, género e região.

EXEMPLO

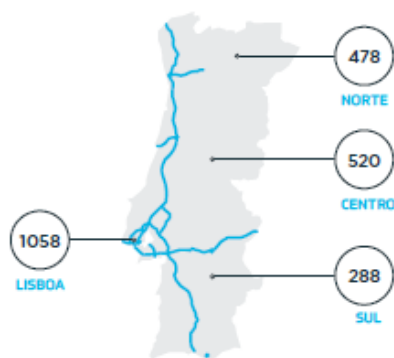
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA POR HOMENS E MULHERES

Nº DE COLABORADORES



DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR REGIÃO DO PAÍS

Nº DE COLABORADORES



Fonte: Relatório Integrado da Brisa 2016 (pág. 114; URL: <http://www.brisa.pt/pt/download-relatorios/DocumentId/529/download-relatorios>)

Indicar os **benefícios comumente atribuídos a colaboradores a tempo inteiro da organização e que não são oferecidos a colaboradores temporários e a tempo parcial**, discriminados por unidades operacionais relevantes. Esses benefícios podem incluir:

- Seguro de vida;
- Seguro de saúde;
- Auxílio a deficiência e invalidez;
- Licença parental;
- Fundo de pensão;
- Plano de aquisição de ações;
- Outros.



EXCLUIR contribuições em espécie, como benefícios para a prática de desporto, serviços de cuidados infantis, refeições gratuitas durante o período de trabalho e programas de bem-estar afins.

EXPLICAR a definição adotada de “unidades operacionais relevantes”.

No âmbito das **licenças parentais**, indicar:

- o número total de colaboradores que tiveram direito a uma licença parental, por género;
- o número total de colaboradores que gozaram uma licença parental, por género;
- o número total de colaboradores que regressaram ao trabalho no período de reporte e após terminada a licença parental, por género;
- o número total de colaboradores que regressaram ao trabalho depois de terminada a licença parental e que continuam empregados mais de 12 meses depois do seu regresso ao trabalho, por género;
- as taxas de regresso ao trabalho e retenção de colaboradores que gozaram uma licença parental, por género.

Reportar também sobre aspetos relacionados com a liberdade de associação e acordos coletivos, especificamente sobre:

- Unidades operacionais e fornecedores em que os direitos dos

GRI

407-1

trabalhadores ao exercício da liberdade de associação e de negociação coletiva possam ser violados ou estejam em risco significativo, indicando:

- Tipo de unidade operacional e fornecedor;
- Países ou áreas geográficas com unidades operacionais e fornecedores considerados em risco;
- Identificar as medidas adotadas pela organização durante o período de reporte para apoiar os direitos de exercício da liberdade de associação e de negociação coletiva.

6.2 Gestão das Relações Laborais

As empresas têm de garantir a existência de uma linha de comunicação aberta com os colaboradores ou seus representantes, desde logo, para a comunicação de alterações operacionais significativas.

As práticas de comunicação aos colaboradores devem estar alinhadas com os principais normas e

GRI
402-1

colaboradores devem estar referencias internacionais.

No contexto da gestão das relações laborais, a organização deve reportar sobre **o prazo mínimo de notificação, em semanas, tipicamente fornecido aos colaboradores e respetivos representantes antes da implementação de mudanças operacionais significativas que possam afetá-los substancialmente.**



Caso se trate de uma organização com acordos coletivos de trabalho, indicar se os prazos para as notificações e as medidas para consulta e negociação estão definidos

6.3 Saúde e Segurança no Trabalho

Os empregadores têm a responsabilidade de assegurar a saúde e a segurança de todos os colaboradores cujo trabalho seja controlado pela organização e de todos os trabalhadores cujo local de trabalho seja controlado pela organização.

Descrever as políticas e a abordagem de gestão implementadas pela organização no âmbito da **saúde e segurança ocupacional**, o respetivo desempenho no período que reporta o relatório, os compromissos e os objetivos e metas futuros.

Reportar também sobre os seguintes aspetos específicos:

- Representação dos colaboradores em comités formais de saúde e segurança, compostos por membros da administração e por outros colaboradores;
- Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e absentismo, e número de mortes relacionadas com o trabalho;
- Trabalhadores com doenças de elevada incidência ou de elevado risco relacionadas com a sua atividade ocupacional;
- Temas de saúde e segurança abrangidos em acordos formais com sindicatos.

GRI

403-1
403-2
403-3
403-4

TEMPLATE

Sobre a **representação dos colaboradores em comitês formais de saúde e segurança, compostos por membros da administração e por outros colaboradores**, a organização deve reportar especificamente sobre:

- i. se os acordos formais com sindicatos (locais ou globais) abrangem a segurança e a saúde no trabalho;
- ii. em caso afirmativo, indicar a medida, em percentagem, em que diversos temas de saúde e segurança são abrangidos por esses acordos.

Reportar sobre os **tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e absentismo (taxa dias perdidos e a taxa de absentismo), e número de mortes relacionadas com o trabalho**, para todos os colaboradores e para todos os trabalhadores (excluindo colaboradores), cujo trabalho ou local de trabalho sejam controlados pela organização, discriminados por género e região (quando aplicável).

EXEMPLO

Tabela 22 - Acidentes e lesões nos CTT ^{24e25}

	Nº de acidentes	Nº de lesões	Taxa de lesões	Nº dias perdidos	Taxa de dias perdidos
Feminino	236	164	0,02	6 264	0,89
Masculino	743	573	0,04	21 314	1,54
Total	979	737	0,04	27 578	1,3

Fonte: Relatório de Sustentabilidade dos CTT 2016

Adicionalmente, indicar:

- se há **trabalhadores cujo trabalho ou local de trabalho seja controlado pela organização envolvidos em atividades ocupacionais com uma elevada incidência ou um elevado risco de doenças específicas**.
- se os acordos formais com sindicatos (locais ou globais) abrangem a segurança e a saúde no trabalho;
 - em caso afirmativo, indicar a medida, em **percentagem**, em que diversos temas de saúde e segurança são abrangidos por esses acordos.

6.4 Formação e Desenvolvimento de Carreiras

GRI

404-1

404-2

404-3

Descrever a política e a abordagem da organização para a formação e para o desenvolvimento de competências dos colaboradores, assim como para as avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreiras. Incluem-se ainda os programas de assistência à transição para facilitar a empregabilidade contínua e a gestão de situações de fim de carreira por reforma ou cessação de funções.

Neste âmbito, a organização deve reportar sobre os seguintes aspetos:

- i. **Média de horas de formação, por ano, por colaborador, por género e categoria.**

- ii. Programas para atualizar as competências dos colaboradores e programas de assistência à transição:
 - a. Indicar o tipo e o âmbito dos **programas implementados e a assistência disponibilizada para atualizar as competências dos colaboradores;**
 - b. Indicar os **programas de assistência à transição** disponibilizados para promover o emprego permanente e a gestão de carreiras em fase de conclusão, por reforma ou por cessação do contrato de trabalho.
- iii. **Percentagem de colaboradores que recebem avaliações regulares sobre o seu desempenho e desenvolvimento de carreira.**

6.5 Diversidade, Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação

6.5.1. Diversidade e Igualdade de Oportunidades

Quando uma organização promove ativamente a diversidade e a igualdade de oportunidades no trabalho, podem ser gerados benefícios significativos para a organização e para os trabalhadores. Dessa forma a organização pode ter, à partida, acesso a um maior conjunto e mais diversificado de potenciais trabalhadores. Estes benefícios são, também, transferidos a sociedade em geral, uma vez que uma maior igualdade promove a estabilidade social e contribui para o desenvolvimento económico.

GRI

405-1
405-2

Neste contexto, a organização deve descrever as políticas e a abordagem de gestão implementadas pela organização no âmbito da diversidade, igualdade de oportunidades no trabalho, o respetivo desempenho no período que reporta o relatório, os compromissos e os objetivos e metas futuros.

Os aspetos específicos a reportar neste âmbito são:

- i. Diversidade nos órgãos de governo e nos colaboradores;
- ii. Rácio entre o salário base e remuneração das mulheres e o dos homens.

Sobre a **diversidade nos órgãos de governo e nos colaboradores**, indicar:

- i. a percentagem de indivíduos dos órgãos de governo da organização em cada uma das seguintes categorias:
 - a. Género;
 - b. Faixa etária: menos de 30 anos, 30-50 anos, mais de 50 anos;
 - c. Outros indicadores de diversidade relevantes (como minorias ou grupos vulneráveis);
- ii. a percentagem de colaboradores, por categoria profissional, em cada uma das seguintes categorias:
 - a. Género;
 - b. Faixa etária: menos de 30 anos, 30-50 anos, mais de 50 anos;
 - c. Outros indicadores de diversidade relevantes (como minorias ou grupos vulneráveis).

Relativamente ao **rácio entre o salário base e remuneração das mulheres face e o dos homens**, indicar:

- iii. Indicar o rácio entre o salário base e remuneração das mulheres e o dos homens para cada categoria profissional, por unidades operacionais significativas;

- iv. Explicar a definição usada para “unidades operacionais significativas”.

6.5.2. Não Discriminação

A discriminação é definida no âmbito do GRI como o ato e o resultado de tratar as pessoas de forma desigual, impondo cargos desiguais ou negando benefícios, em vez de tratar cada pessoa de forma justa com base no mérito individual. A discriminação também pode incluir assédio, definindo-se por comentários ou ações indesejáveis, ou que devem ser razoavelmente conhecidos como indesejáveis, para a pessoa a quem são dirigidos.

GRI

406-1



Ao compilar esta informação, a organização deve incluir os episódios de discriminação relacionados com raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, conforme definido pela OIT – Organização Internacional do Trabalho, ou outras formas relevantes de discriminação, envolvendo *stakeholders* internos ou externos, na atividade da organização, durante o período

Neste âmbito a organização deve indicar:

- i. o **número total de incidentes de discriminação** dentro do período de reporte;
- ii. o **estado dos incidentes e ações adotadas** em relação ao seguinte:
 - a. Incidente revisto pela organização;
 - b. Planos de correção em implementação;
 - c. Planos de correção implementados, com resultados analisados através de processos de rotina de gestão interna da organização;
 - d. Incidente que já não está a ser sujeito a uma ação concreta.

6.6 Direitos Humanos

A norma internacional que estabelece as expectativas de uma conduta responsável por organizações no que diz respeito aos direitos humanos, corresponde aos ‘[Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos](#)’, da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2011.

Uma organização pode ter um impacto direto nos direitos humanos, através das suas próprias ações e operações. Também pode ter um impacto indireto nos direitos humanos, por via das suas interações e relações com outros, incluindo governos, comunidades locais e fornecedores, e através dos seus investimentos.

Neste contexto, a organização deve reportar **especificamente** sobre:

- i. **Unidades operacionais que tenham sido sujeitas a análises de direitos humanos ou avaliações de impacto**, indicando:
 - a. o **número total e a percentagem de unidades operacionais** que tenham sido sujeitas a análises de direitos humanos ou avaliações de impacto nos direitos humanos, por país.
- ii. **Formação dos colaboradores em políticas e procedimentos de direitos humanos**, indicando:

GRI

406-1

407-1

408-1

409-1

410-1

411-1

412-1

412-2

412-3

414-1

- a. o **número total de horas**, no período de reporte, **dedicadas à formação em políticas e procedimentos de direitos humanos**, em aspetos relevantes para a atividade da organização;
 - b. a percentagem de colaboradores que tiveram formação, no período de reporte, em políticas e procedimentos de direitos humanos, em aspetos relevantes para a atividade da organização.
- iii. **Acordos de investimento significativos e contratos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que tenham sido avaliados em direitos humanos**, indicando:
 - a. o número total e a percentagem de acordos de investimento significativos e contratos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que tenham sido avaliados em direitos humanos;
 - b. explicar a definição usada para “acordo de investimento significativos”.

6.7 Comunidades Locais

As comunidades locais são definidas como pessoas ou grupos de pessoas que vivem e/ou trabalham em áreas que são económica, social ou ambientalmente impactadas, de forma positiva ou negativa, pelas operações da organização. A comunidade local inclui as pessoas que vivem em áreas adjacentes às operações de uma organização, e aqueles que, vivendo distantes, são suscetíveis de serem afetados por essas operações.

GRI

413-1
413-2

Neste âmbito, a organização deve reportar as seguintes informações:

- i. Unidades operacionais com envolvimento da comunidade local, avaliação de impactes e programas de desenvolvimento;
- ii. Unidades operacionais com impactes negativos, atuais ou potenciais, nas comunidades locais.

Sobre as **unidades operacionais com envolvimento da comunidade local, avaliação de impactes e programas de desenvolvimento**, indicar:

- i. A percentagem de unidades operacionais que tenham implementados programas de envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e/ou programas de desenvolvimento, incluindo o uso de:
 - a. Avaliação de impacto social, incluindo avaliação de impacto por género, baseado em processos participativos;
 - b. Avaliação de impacto ambiental e monitorização contínua;
 - c. Divulgação pública de resultados de avaliação de impacto social e ambiental;
 - d. Programas de desenvolvimento da comunidade local com base nas necessidades locais;
 - e. Planos de envolvimento de *stakeholders* tendo por base um mapeamento dos *stakeholders*;
 - f. Comitês de consulta à comunidade local e processos que incluam grupos vulneráveis;
 - g. Comissões de trabalhadores, comitês de saúde e segurança no trabalho e outros órgãos com representação dos trabalhadores para lidar com os impactes;
 - h. Processos formais de reclamação para a comunidade local.

TEMPLATE

Quanto a **unidades operacionais com impactes negativos, atuais ou potenciais, nas comunidades locais**, indicar:

- i. Indicar as unidades operacionais com impactes negativos, atuais ou potenciais, nas comunidades locais, incluindo:
 - a. A localização das unidades operacionais;
 - b. Os impactes negativos, atuais ou potenciais.

ANEXOS

A – Índice de Conteúdo GRI

ANEXO A – Índice de conteúdo GRI e ligação à Diretiva Europeia

Norma GRI	Informação (número e título)	Número(s) de página(s) e/ou URL(s) A incluir na fase de maquete	Omissões (parte omitida; razão; explicação)	Diretiva Europeia (2014/95/EU) de Reporte de Informação Não Financeira
GRI 101: Alicerces 2016				
CONTEÚDOS GERAIS				
GRI 102: Informação genérica 2016	102-1 Nome da organização			Alínea a) do n.º 1, do Artigo 19.º A, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/EU
	102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços			
	102-3 Localização da sede social			
	102-4 Localização das atividades			
	102-5 Tipo e natureza jurídica da organização			
	102-6 Mercados abrangidos			
	102-7 Escala da organização			
	102-9 Cadeia de fornecedores			
	102-10 Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores			
	102-11 Abordagem ou princípio de precaução			
	102-12 Iniciativas externas			
	102-13 Filiação a associações			
	102-14 Comunicado do CEO ou principal decisor			
	102-15 Impactos, riscos e oportunidades chave			Alíneas a) e d) do n.º 1, do Artigo 19.º A, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/EU
	102-21 Consulta a <i>stakeholders</i> em temas económicos, ambientais e sociais			Alínea g) do n.º 1, do Artigo 20.º, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/EU
	102-22 Composição do órgão de governo com maior poder de decisão e respetivos comités			
	102-23 Presidente do órgão de governo com maior poder de decisão			
	102-24 Nomear e selecionar o órgão de governo com maior poder de decisão			
	102-40 Lista de grupos de <i>stakeholders</i>			Alíneas a) e d) do n.º 1, do Artigo 19.º A, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/EU
	102-42 Identificar e selecionar <i>stakeholders</i>			
	102-43 Abordagem ao envolvimento de <i>stakeholders</i>			
	102-46 Definir o conteúdo e os limites temáticos do relatório			
	102-47 Lista de temas materiais			
	102-48 Reformulação de informação			
	102-49 Alterações ao relatório			
	102-52 Ciclo de publicação de relatórios			
	102-53 Pessoa de contacto para questões relacionadas com o relatório			
Norma GRI	Informação (número e título)	Número(s) de página(s) e/ou	Omissões (parte omitida;	Diretiva Europeia (2014/95/EU) de Reporte de Informação Não

TEMPLATE

		URL(s)	razão; explicação)	Financeira
GRI 102: Informações Gerais 2016	102-54 Afirmar que o relatório é elaborado de acordo com as normas GRI			
	102-55 Índice de conteúdo do GRI			
GRI 102: Informações Gerais 2016	102-56 Verificação externa			N.º 5, do Artigo 19.º A, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/UE
TEMAS MATERIAIS				
Série de Normas GRI 200 Económicos				
Desempenho Económico				
GRI 103 Abordagem de Gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e dos seus limites			Alíneas a) a e) do n.º 1 e n.º 5 do Artigo 19.º A, e alínea g) do n.º 1, do Artigo 20.º, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/UE.
	103-2 A abordagem de gestão e respetivos componentes			
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão			Considerandos n.ºs 7, 18, 17 e 19 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
GRI 201: Desempenho económico	201-1 Valor económico direto gerado e distribuído			
	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas			
	201-3 Obrigações definidas para os planos de benefícios dos trabalhadores e outros planos de reforma			
	201-4 Assistência financeira do Estado			
GRI 202: Presença no mercado de trabalho	202-1 Variação da proporção do salário à entrada, por género, comparado com o salário mínimo local			
	202-2 Proporção de gestores seniores contratados na comunidade local			
GRI 204: Práticas de Aquisição	204-1 Proporção de custos com os fornecedores locais			
GRI 205: Anticorrupção	205-2 Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção			Alíneas a) a e) do n.º 1, do Artigo 19.º A, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/UE
	205-3 Episódios confirmados de corrupção e ações desenvolvidas			Considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
Série de Normas GRI 300 Ambientais				
Desempenho Ambiental				
GRI 103 Abordagem de Gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e dos seus limites			Alíneas a) a e) do n.º 1 e n.º 5 do Artigo 19.º A, e alínea g) do n.º 1, do Artigo 20.º, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/UE.
	103-2 A abordagem de gestão e respetivos componentes			
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão			Considerandos n.ºs 7, 18, 17 e 19 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
Norma GRI	Informação (número e título)	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	Omissões (parte omitida; razão;	Diretiva Europeia (2014/95/UE) de Reporte de Informação Não Financeira

TEMPLATE

			explicação)	
GRI 301: Materiais	301-1 Materiais usados por peso ou volume			Considerando n.º 17 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
	301-2 Materiais reciclados usados			
	301-3 Produtos recuperados e os respetivos materiais de embalagem			
GRI 302: Energia	302-1 Consumo de energia dentro da organização			Considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
	302-2 Consumo de energia fora da organização			
	302-3 Intensidade energética			
	302-4 Redução do consumo de energia			
	302-5 Reduções nos requisitos de energia de produtos e serviços			
GRI 303: Água	303-1 Captação de água por fonte			Considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
	303-2 Fontes hídricas significativamente afetadas pela captação de água			
	303-3 Água reciclada ou reutilizada			
GRI 304: Biodiversidade	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e de áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas			Considerando n.º 17 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
	304-2 Impactes significativos das atividades, produtos e serviços na biodiversidade			
	304-3 Habitats protegidos ou restaurados			
	304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza) e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização			
GRI 305: Emissões	305-1 Emissões diretas de gases com efeito de estufa (GEE) (âmbito 1)			Considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
	305-2 Emissões de GEE Indiretas resultantes da Produção de Eletricidade (âmbito 2)			
	305-3 Outras emissões de GEE indiretas (âmbito 3)			
GRI 305: Emissões	305-4 Intensidade das emissões de GEE			Considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
	305-5 Redução das emissões de GEE			
	305-6 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono			
	305-7 Emissões de óxidos de azoto (NO _x), óxidos de enxofre (SO _x) e outras emissões atmosféricas significativas			
GRI 306: Efluentes e Resíduos	306-1 Descargas de água discriminadas por qualidade e destino			Considerando n.º 17 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
	306-2 Resíduos discriminados por tipo e por método de eliminação			
	306-3 Derrames significativos			
Norma GRI	Informação (número e título)	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	Omissões (parte omitida; razão;	Diretiva Europeia (2014/95/UE) de Reporte de Informação Não Financeira

TEMPLATE

			explicação)	
GRI 306: Efluentes e Resíduos	306-4 Transporte de resíduos perigosos			Considerando n.º 17 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
	306-5 Recursos hídricos afetados por descargas de água e/ou derramamentos			
GRI 308: Análise ambiental dos fornecedores	308-1 Novos fornecedores que foram analisados em critérios ambientais			
	308-2 Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações desenvolvidas			
Série de Normas GRI 400 Sociais				
Desempenho Social				
GRI 103 Abordagem de Gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e dos seus limites			Alíneas a) a e) do n.º 1 e n.º 5 do Artigo 19.º A, e alínea g) do n.º 1, do Artigo 20.º, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/UE.
	103-2 A abordagem de gestão e respetivos componentes			
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão			Considerandos n.ºs 7, 18, 17 e 19 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
GRI 401: Emprego	401-1 Colaboradores contratados e rotatividade dos colaboradores			Alínea g) do n.º 1, do Artigo 20.º, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/UE
	401-2 Benefícios oferecidos aos colaboradores a tempo inteiro que não são disponibilizados aos colaboradores temporários ou a tempo parcial			
	401-3 Licença parental			
GRI 402: Relações laborais	402-1 Prazo mínimo para notificação sobre mudanças operacionais			Considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
GRI 403: Saúde e segurança no trabalho	403-1 Representação dos colaboradores em comités formais de saúde e segurança, compostos por membros da administração e por outros colaboradores			Considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
	403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e absentismo, e número de mortes relacionadas com o trabalho			
	403-3 Trabalhadores com doenças de elevada incidência ou de elevado risco relacionadas com a sua atividade ocupacional			
	403-4 Temas de saúde e segurança abrangidos em acordos formais com sindicatos			
GRI 404: Educação e formação	404-1 Média de horas de formação, por ano, por colaborador			Considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
GRI 404: Educação e formação	404-2 Programas para atualizar as competências dos colaboradores e programas de assistência à transição			
	404-3 Percentagem de colaboradores que recebem avaliações regulares ao desempenho e ao desenvolvimento de carreira			
Norma GRI	Informação (número e título)	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	Omissões (parte omitida; razão;	Diretiva Europeia (2014/95/UE) de Reporte de Informação Não Financeira

TEMPLATE

			explicação)	
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades	405-1 Diversidade nos órgãos de governo e nos colaboradores			Alínea g) do n.º 1, do Artigo 20.º, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/EU
	405-2 Proporção do salário básico e remuneração entre mulheres e homens			Considerandos n.º 7, 18 e 19 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
GRI 406: Não discriminação	406-1 Episódios de discriminação e ações corretivas aplicadas			Considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
GRI 407: Liberdade de associação e acordos coletivos	407-1 Unidades operacionais e fornecedores em que os direitos de liberdade de associação e de negociação coletiva possam estar em risco			Considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
408: Trabalho infantil	408-1 Unidades operacionais e fornecedores em risco significativo de episódios com trabalho infantil			Alíneas a) a e) do n.º 1, do Artigo 19.º A, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/EU e considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
409: Trabalho forçado	409-1 Unidades operacionais e fornecedores em risco significativo de episódios de trabalho forçado			
410: Segurança	410-1 Pessoal da segurança treinado em políticas e procedimentos de direitos humanos			
411: Direitos dos povos indígenas	411-1 Episódios de violações dos direitos dos povos indígenas			
GRI 412: Análise de direitos humanos	412-1 Unidades operacionais que tenham sido sujeitas a análises de direitos humanos ou avaliações de impacto			Alíneas a) a e) do n.º 1, do Artigo 19.º A, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/EU e considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
	412-2 Formação dos colaboradores em políticas e procedimentos de direitos humanos			
	412-3 Acordos de investimento significativos e contratos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que tenham sido avaliados em direitos humanos			
GRI 413: Comunidades locais	413-1 Unidades operacionais com envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e programas de desenvolvimento			Considerando n.º 7 da Diretiva 2014/95/UE que altera a Diretiva 2013/34/EU
	413-2 Unidades operacionais com impactos negativos, atuais ou potenciais, nas comunidades locais			
GRI 414: Análise social dos fornecedores	414-1 Novos fornecedores que foram avaliados em critérios sociais			Alíneas a) a e) do n.º 1, do Artigo 19.º A, da alteração da Diretiva 2013/34/EU pela Diretiva 2014/95/EU
	414-2 Impactes sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações desenvolvidas			

Ficha do Projeto PME Sustentável

Entidade:

APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial

Designação:

PME SUSTENTÁVEL

Objetivo:

O PME SUSTENTÁVEL visa capacitar as PME sediadas a Centro e Norte para dar resposta aos desafios decorrentes da Diretiva 2014/95/UE enquanto fornecedoras/parceiras de Grandes Empresas, potenciando a economia verde e uma utilização mais eficiente dos recursos naturais.

Ficha técnica:

Promotor Líder:

APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial

Copromotores:

ISEP - Instituto Superior de Engenharia do Porto; CAPITÓLIO – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

“Relatório de Informação Não Financeira – Template”, preparado por:

BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional